



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

**REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PAPEL E
DESAFIOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CENTRO JUVENIL INGRID CHOWNER
(2021-2023)**

Autora: Filomena Mateus Munjovo

Supervisor: Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana

Maputo, Maio de 2024

Filomena Mateus Munjovo

REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PAPEL E
DESAFIOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CENTRO JUVENIL INGRID CHOWNER
(2021-2023)

Monografia apresentada, como parte parcial dos requisitos para obtenção do grau académico de Licenciatura em Serviço Social, na Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor: Prof. Doutor Constâncio A. Machanguana

Maputo, Maio de 2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Filomena Mateus Munjovo

REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PAPEL E
DESAFIOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO CENTRO JUVENIL INGRID CHOWNER
(2021-2023)

Os membros do Júri

Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, aos _____ de _____ de 2024

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Filomena Mateus Munjovo, declaro por minha honra que a presente Monografia nunca foi apresentada em nenhuma instituição para qualquer fim académico. O conteúdo nele constante é original, resultante da minha investigação sob orientação do meu Supervisor, e todas fontes citadas constam nas referências bibliográficas.

Maputo, Maio de 2024

(Filomena Mateus Munjovo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela vida, pelo amor e pela protecção que concede no dia-a-dia, pelos dons de sabedoria e entendimento que me concedeu para compreender os caminhos que devo seguir.

Agradeço imensamente aos meus pais, Mateus Munjovo e Sara Magaia pela ajuda, moral e financeira na minha formação. Aos meus irmãos, Agnaldo Mundlovo, Nivalda Mundlovo, Mateus Mundlovo, e Benjamin Mundlovo.

Agradeço ao Prof. Doutor Constâncio Machanguana, na qualidade de supervisor desta monografia científica pela paciência, persistência na sua supervisão e orientação em todas as etapas do trabalho de pesquisa.

Endereço meus agradecimentos a todos Docentes do Departamento de Sociologia, em particular a todos que fazem parte do quadro de Serviço Social, pelos ensinamentos ao longo dos quatro anos de formação.

Agradeço a todos os meus colegas do Curso de Licenciatura em Serviço Social (2018), pela força que me deram durante a formação, de forma especial endereço os meus agradecimentos a Fátima Chale, Lídia Nhampossa, Carma Uaciquete, Frazão Cumbe e Amélia Lucas.

Aos meus amigos e primos, Daniel Magaia MSc., Esterdyna Mate, Ginoca Magaia, Glória Boene e a todos que de forma directa e indirecta contribuíram na minha vida académica os meus agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, pela educação, paciência e fé que sempre depositaram em mim.

EPIGRAFE

“Reintegrar uma criança ao seio familiar é devolver-lhe a chance de sonhar e acreditar no futuro.” (Autor Desconhecido).

LISTA DE ABREVIATURAS

CJIC	Centro Juvenil Ingrid Chowner
MGCAS	Ministério do Género Criança e Acção Social
SSB	Segurança Social Básica
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Infância

RESUMO

A presente pesquisa substancia-se ao tema, *Reintegração Familiar de Crianças em Situação de Rua: Papel e Desafios dos Assistentes Sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner (2021-2023)*. Constitui o problema da pesquisa, o papel desempenhado pelo assistente social e os desafios enfrentados no processo de reintegração familiar da criança em situação de rua, para que as crianças não voltem à rua. A pesquisa tem como abordagem qualitativa, sendo aplicados como métodos de colecta de dados a pesquisa bibliográfica referente ao tema, a pesquisa de campo, as entrevistas semi-estruturadas e a observação directa. A pesquisa contou com cinco (5) assistentes do Centro Juvenil Ingrid Chowner que desempenharam actividades durante o período de pesquisa. A análise dos dados foi baseada nas ideias de Yamamoto (2017), nas quais a actuação do assistente social visa a superação das desigualdades sociais, na garantia dos direitos humanos e na promoção do bem-estar colectivo. Ao analisar e discutir os dados, constatou-se que o assistente social do Centro actua em todas as fases, desde o acolhimento institucional até a reintegração familiar das crianças, com o objectivo de assegurar que os seus direitos sejam respeitados. O assistente social, além de lidar com as crianças, também tem a família como principal elemento, preparando-a para a reintegração. Após a reintegração, o assistente social monitora a adaptação e convivência familiar até o desligamento institucional. A rejeição familiar e a falta de identificação de família substituta, bem como a falta de recursos para realizar visitas domiciliárias, são os desafios profissionais do assistente social no processo de reintegração familiar. Desta forma, conclui-se que o trabalho de acolhimento e reintegração familiar requer a presença constante e o olhar sistemático do assistente social.

Palavras-chave: *Assistente Social; Reintegração Familiar; Criança; Situação de Rua.*

ABSTRACT

This research is based on the research topic, *Family Reintegration of Homeless Children: The Role and Challenges of Social Workers at the Ingrid Chowner Youth Centre (2021-2023)*. The research problem is the role played by the social worker and the challenges faced in the process of family reintegration of street children, so that the children do not return to the street. The research has a qualitative approach, with bibliographical research on the subject, field research, semi-structured interviews and direct observation being used as data collection methods. The research involved five (5) assistants from the Ingrid Chowner Youth Centre who carried out activities during the research period. The analysis of the data was based in the ideas of Iamamoto (2017), which the social worker's action aims at overcoming social inequalities, in the guarantee of human rights and the promote collective well-being. When analysing and discussing the data, it emerged that the Centre's social worker acts at all stages, from institutional reception to the children's family reintegration, with the aim of ensuring that their rights are respected. As well as dealing with the children, the social worker also works with the family, preparing them for reintegration. After reintegration, the social worker monitors adaptation and family coexistence until the children leave the institution. Family rejection and the failure to identify a replacement family, as well as the lack of resources to carry out home visits, are the professional challenges facing social workers in the family reintegration process. In conclusion, the work of foster care and family reintegration requires the constant presence and systematic scrutiny of the social worker.

Keywords: *Social Worker; Family Reintegration; Children; Homelessness.*

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA	iii
EPIGRAFE	iv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO.....	1
I. Problema de pesquisa	2
II. Perguntas de investigação	3
III. Justificativa.....	3
IV. Objectivos do Trabalho	4
Objectivo Geral.....	4
Objectivos Específicos.....	4
V. Delimitação Espacial e Temporal.....	4
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	6
1. Enquadramento Teórico – Conceptual.....	6
1.1. Quadro Teórico	6
1.2. Quadro Conceptual	7
CAPÍTULO II – PLANO DE INTERVENÇÃO.....	13
2.1. Visitas domiciliares às famílias das crianças em situação de rua	13
2.2. Divulgação dos direitos das crianças	14
2.3. Acções educativas na família e na sociedade para reintegração das crianças em situação de rua	14
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	16
3.1. Forma de abordagem	16
3.2. Tipo de pesquisa	16
3.3. Método de pesquisa	17
3.4. População alvo do estudo	18
3.5 Técnicas de Colecta de Dados	18
3.5.1. Pesquisa Bibliográfica.....	18
3.5.2. Observação Directa	18

3.5.3. Entrevista.....	19
3.6. Análise e tratamento de dados	20
3.7. Validade e fiabilidade dos resultados	20
3.8. Aspectos éticos da pesquisa	20
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO	22
4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados	22
4.2. Acções implementadas pelos Assistentes Sociais no Centro Juvenil Ingrid Chowner.....	23
4.3. Processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner	26
4.4. O papel do Assistente Social no processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner.....	28
4.4.1. Desafios do Assistente Social no Processo de Intervenção na Reintegração Familiar das Crianças no Centro Juvenil Ingrid Chowner	34
4.5. Actividades Implementadas no Âmbito do Plano de Intervenção	39
CONCLUSÃO E SUGESTÕES.....	41
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
APÊNDICES	49
Termo de Consentimento informado	50
Questionário.....	51

INTRODUÇÃO

A reintegração familiar de crianças é um processo complexo e sensível que busca restabelecer os vínculos familiares de menores que estiveram afastados das suas famílias por diversas situações que comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento. Nesse contexto, o papel do assistente social é fundamental para promover a reintegração de forma segura, respeitosa e eficaz, visando o melhor interesse da criança.

O assistente social desempenha um papel fundamental nesse processo, actuando como mediador entre a família, a criança e a rede de protecção à infância e adolescência. Realiza avaliações socioeconómicas, psicossociais e familiares, identificando as necessidades da família e da criança, bem como os recursos disponíveis para promover a reintegração de forma segura e adequada.

O papel do assistente social na reintegração familiar envolve a promoção de uma cultura de cuidado e protecção, estimulando a participação activa da família no processo de reintegração e incentivando a construção de relações saudáveis e respeitadas entre todos os membros da família. Também deve promover a consciencialização sobre os direitos da criança e as responsabilidades dos pais, visando prevenir novas situações de violência, negligência ou abuso.

A Convenção dos Direitos da Criança reconhece o direito de cada criança a desenvolver o seu potencial físico, mental e social, a expressar as suas opiniões livremente, e a participar nas decisões que afectam o seu futuro (UNICEF, 2019). As entidades de acolhimento, sejam elas de âmbito governamental ou não governamental, a família e a comunidade são responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças em situação de rua.

Nesse molde, a presente pesquisa apresenta como tema “*Reintegração Familiar De Crianças Em Situação De Rua: Papel e Desafios Dos Assistentes Sociais Do Centro Juvenil Ingrid Chowner (2021-2023)*”, trazendo como abordagem a intervenção do Assistente Social para a garantia do direito da criança, trabalhando com as famílias em prol de uma reintegração familiar da criança em situação de rua de forma inclusiva, acolhedor e com vínculos estáveis.

I. Problema de pesquisa

A possibilidade de reintegração familiar está relacionada, além dos assistentes sociais e das instituições envolvidos, também do interesse da família. Muitas vezes a família demonstra o interesse verbalmente, mas não participa do processo, ou, contrário, houver a negativa da criança (Prado, 2004).

Se o profissional tiver um olhar limitado das demandas, a qualidade da sua actuação fica comprometida, no sentido de não compreender que não é apenas o usuário que necessita de atenção, mas a família como um todo. O Assistente Social, diante deste contexto, busca a constante elaboração de estratégias na sua prática profissional para suprir os diversos obstáculos, pois se não forem trabalhadas as questões sociais focalizando a família como um todo, os problemas tendem a não serem solucionados e sim reproduzidos.

Segundo o Centro Juvenil Ingrid Chowner (CJIC) (s/d), no seu Manual de Procedimentos no Sector Social, os procedimentos de reintegração familiar das crianças realizados pelos assistentes sociais são feitos, a princípio com a aceitação da criança em entrar e iniciar o processo de reabilitação no centro, seguido pela localização e colaboração da família da criança. A família ao colaborar com o processo de reintegração, os assistentes sociais do centro, preparam esta para que a criança seja acolhida da melhor forma, sendo que a preparação tem como base o evangelho (cristão).

No centro, não é apenas feita uma reintegração familiar da criança, é também feita a reintegração espiritual numa igreja da criança, como também, da família em caso desta não professar nenhuma religião, mas em caso da família professar uma religião diferente do cristianismo os assistentes sociais do centro aconselham a família a encaminhar a criança para uma igreja cristã.

Na prática, o processo de reintegração apresenta desafios específicos que influenciam na eficácia da reintegração familiar e o assistente social desempenha um papel importante nesse processo, pelo que no seu exercício profissional requer que se apreenda da forma mais rápida as determinações possíveis da realidade (causalidade) e, diante disso, sejam pensadas as estratégias de intervenção para a satisfação de necessidades.

Porém, não se trata de processos curtos e simples, o assistente social actua numa esfera muito mais complexa, fruto de uma imbricada rede de relações sociais (Lacerda, 2014). Podendo,

de certo modo, em determinadas intervenções as abordagens aplicadas pelo assistente social não surtirem os efeitos esperados, não evitando que às crianças voltem à rua.

Pergunta de partida

Partindo do problema acima referenciada, formulou-se a seguinte pergunta de partida:

Tendo em conta as várias nuances dos motivos que levam a criança à rua, que desafios os assistentes sociais no Centro Juvenil Ingrid Chowner enfrentam para reintegra-las nas suas famílias de maneiras a evitar que as mesmas não voltem à rua?

II. Perguntas de investigação

Com base na pergunta de partida são levantadas as seguintes questões de investigação:

- ✓ Quais são as acções desenvolvidas pelos assistentes sociais no Centro Juvenil Ingrid Chowner entre 2021-2023?
- ✓ Como é feito o processo de reintegração familiar das crianças retiradas das ruas pelo Centro Juvenil Ingrid Chowner?
- ✓ Qual é o papel dos assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner no processo reintegração familiar das crianças em situação de rua?

III. Justificativa

O interesse pelo estudo do tema surge com a realização de estágio no Centro Juvenil Ingrid Chowner, onde tivemos o privilégio de fazer o trabalho social e acompanhou-se o processo de reintegração familiar das crianças. Neste âmbito surge a curiosidade a pesquisadora para analisar os desafios que o Assistente Social tem no processo de reintegração familiar. A pesquisa apresenta uma análise sobre os processos de reintegração das crianças no seio familiar, sobretudo o papel que o Assistente Social assume nesse processo.

No âmbito social, a pesquisa traz à sociedade o interesse da necessidade de protecção das crianças, proporcionando-as um ambiente saudável, segurança e bem-estar, pois, as crianças são a continuidade e desenvolvimento de uma determinada sociedade. Dando ênfase à sociedade e às instituições que lidam com a questão de crianças em situação de vulnerabilidade, com vista a redobrar esforços para a eficácia da protecção e reintegração das crianças no convívio familiar.

Cientificamente o estudo é relevante, pois, contribui como fonte de informação para novas pesquisas em matéria de protecção a criança e reintegração familiar. Assim como proporciona conhecimento sobre a matéria do trabalho do Assistente Social no processo de reintegração familiar.

IV. Objectivos do Trabalho

Objectivo Geral

- Compreender o papel do Assistente Social do Centro Ingrid Chowner no processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua.

Objectivos Específicos

Para a materialização do objectivo geral desta pesquisa, é necessário elaborar os seguintes objectivos específicos:

- Identificar as acções levadas a cabo pelos Assistentes Sociais no Centro Juvenil Ingrid Chowner entre 2021-2023;
- Descrever o processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner, 2021-2023;
- Caracterizar o papel do Assistente Social no processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner, 2021-2023.

V. Delimitação Espacial e Temporal

A pesquisa foi realizada a partir do Centro Juvenil Ingrid Chowner, instituição localizada na Cidade de Maputo, que se dedica ao resgate e acolhimento de crianças em situação de rua, sendo que, após a localização da família trabalha com a mesma para a reintegração da criança no convívio familiar. Os assistentes sociais desse centro são os que realizam o trabalho de reintegração da criança, acompanhando a criança e a família em todos os processos.

No que tange ao horizonte temporal, a pesquisa compreende um período de três (3) anos, contando a partir de 2021 à 2023. A escolha do ano de 2021 à 2023 prende-se pelo facto de coincidir com diversas acções levadas a cabo pelo Centro Juvenil Ingrid Chowner, face a reduzir o número elevado de crianças vivendo em situação de rua na Cidade de Maputo e alia-se ao facto de permitir a colecta de dados actualizados e passíveis de análise para o melhor entendimento do tema em estudo.

VI. Estrutura do trabalho

Em termos de organização, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma:

A Introdução, que contém a definição do tema, a formulação do problema, das questões de partida, os objectivos da pesquisa, a justificativa e a apresentação da estrutura do trabalho; primeiro capítulo é referente ao Enquadramento Teórico e Conceptual, onde se expõe a teoria que é aplicada para análise dos dados e apresenta-se os conceitos-chave da pesquisa; segundo capítulo, é dedicado ao Plano de Intervenção Social, que consiste na apresentação de forma sistemática e organizada das actividades a serem desenvolvidas após a identificação do problema;

Após o Plano de Intervenção, segue o terceiro capítulo, no qual é apresentada a Metodologia do Trabalho, onde se destacam os procedimentos metodológicos e técnicos aplicados para a concretização da pesquisa, assim como foram aplicadas as técnicas de recolha de dados no campo de pesquisa. O quarto capítulo é dedicado à Análise e Discussão dos Dados obtidos na aplicação dos procedimentos metodológicos e técnicos da pesquisa. Por fim, apresenta-se a Conclusão do trabalho e Sugestões.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

Pretende-se neste capítulo, apresentar o enquadramento teórico e conceptual da pesquisa. O mesmo está dividido em dois subcapítulos, o primeiro é referente à teoria de base que foi aplicada para a fundamentação da pesquisa, nesse caso, o Papel do Assistente Social defendido por Yamamoto (2017). O segundo subcapítulo é relativo a apresentação dos conceitos-chave do trabalho.

1. Enquadramento Teórico – Conceptual

1.1. Quadro Teórico

No presente trabalho, foi usada como base teórica as ideias de Yamamoto (2017) sobre o papel do assistente social no enfrentamento da questão social. Em seu livro "Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social", destaca a importância da actuação do assistente social na superação das desigualdades sociais, na garantia dos direitos humanos e na promoção do bem-estar colectivo.

Segundo Yamamoto (2017), o assistente social é um profissional comprometido com a defesa e a promoção dos direitos humanos, actuando directamente na garantia dos direitos sociais, económicos, culturais e ambientais. O seu trabalho está intimamente ligado à compreensão da dinâmica social e das desigualdades presentes nas relações de classe, género, etnia e geração, o que requer uma actuação crítica e reflexiva sobre as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

O papel do assistente social, segundo Yamamoto (2017), é também voltado para a construção de políticas públicas que visam a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social. Isso inclui o desenvolvimento e a implementação de programas e projectos que atendam às necessidades da população, bem como a articulação com outros profissionais e instituições para garantir a efectivação dos direitos sociais e a inclusão social. Para tanto, o assistente social precisa estar constantemente actualizado e engajado nas discussões sobre políticas sociais, participando de debates e fóruns que buscam fortalecer a cidadania e a democracia.

O assistente social tem um papel fundamental na escuta e no acolhimento das demandas e necessidades das pessoas atendidas, promovendo a autonomia e a emancipação das mesmas. Yamamoto (2017) destaca a importância da ética profissional nesse processo, respeitando a

singularidade e a diversidade dos sujeitos, e buscando sempre a promoção da justiça social e o enfrentamento das violações de direitos.

No contexto actual, marcado pelo avanço do capital financeiro e pela intensificação das desigualdades sociais, o papel do assistente social se torna ainda mais desafiador. Iamamoto (2017) ressalta a necessidade de uma actuação crítica e propositiva, que aponte as contradições e limitações das políticas sociais, e que busque alternativas para a superação das condições de exclusão e subalternidade das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, o assistente social, de acordo com Iamamoto (2017), precisa estar engajado em processos de organização e mobilização da sociedade, contribuindo para a construção de espaços de participação e controle social, e fortalecendo a acção colectiva em defesa dos direitos sociais. Isso requer uma postura activa e articulada com movimentos sociais, entidades de classe e demais actores sociais que lutam pela justiça social e pela ampliação dos direitos.

De acordo com Iamamoto (2017), o assistente social também exerce um papel fundamental na produção de conhecimento crítico sobre a realidade social, visando a compreensão das causas e consequências das desigualdades e injustiças sociais. Isso implica a realização de pesquisas e estudos que contribuam para a formulação de políticas públicas mais efectivas e para a qualificação do trabalho profissional, bem como a disseminação e socialização desse conhecimento junto à sociedade.

É importante destacar que, para Iamamoto (2017), o papel do assistente social está directamente relacionado à luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde prevaleça a dignidade e a solidariedade entre os seres humanos. Isso implica a defesa dos direitos universais e inalienáveis de todos os indivíduos, bem como a busca por formas mais igualitárias e democráticas de organização social, económica e política.

1.2. Quadro Conceptual

Após a teoria, é apresentado nesse subtítulo a operacionalização dos conceitos-chave que configuram a pesquisa, sendo estes: Assistente Social; Reintegração Familiar; Família; Criança; Criança em situação de rua.

1.2.1. Assistente Social

O assistente social é um profissional que tem como objecto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Para Netto (1992, p.71), “a questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões”. Sem sombra de dúvidas, ela serve para pensar os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais, em uma perspectiva conservadora, eram “executores terminais de políticas sociais”, emanadas do Estado ou das instituições privadas que os emprega.

O Assistente Social tem sido, historicamente, um dos agentes profissionais que implementa políticas sociais, especialmente políticas públicas. Ou seja, um executor terminal das políticas sociais, que actua na relação directa com a população usuária. Mas hoje, o próprio mercado demanda, além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais (Iamamoto, 2007).

A actuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: protecção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (Piana, 2009).

Tal como refere Piana (2009), esse profissional busca a inclusão social e a participação das classes subalternas, por meio de formas alternativas e estratégicas de acção. O assistente social ou trabalhador/a social actua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo acções que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida.

Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego.

1.2.2. Reintegração Familiar

A Reintegração é o processo de uma criança afastada da família fazendo o que se espera ser uma transição permanente de volta a sua família e comunidade (geralmente de origem), a fim de receber protecção e cuidados além de encontrar um sentimento e propósito em todas as esferas da vida (Delap & Wedge, 2017).

A Reintegração social é utilizada na maior parte pela imprensa, gestores públicos e pela academia, para referir-se ao processo de ressocialização, reeducação, reabilitação ou recuperação de um determinado indivíduo (Braga, 2012).

Segundo Freitas (2017), a reintegração familiar deve ser encarada como um processo gradual e contínuo, no qual é fundamental garantir o suporte necessário para que tanto a criança quanto a família possam superar os desafios e dificuldades que levaram à situação de ruptura. Nesse sentido, é fundamental que as políticas de reintegração familiar ofereçam acompanhamento psicossocial, apoio material e suporte emocional para garantir que a família possa oferecer um ambiente seguro, afectivo e acolhedor para a criança.

É importante ressaltar a necessidade de um trabalho intersectorial e colaborativo entre diferentes instituições, como assistência social, saúde, educação e justiça, para garantir o sucesso do processo de reintegração familiar. Segundo Melo (2019), a colaboração entre essas instituições é essencial para identificar as necessidades específicas de cada família e fornecer o apoio adequado para que a reintegração seja efectiva e duradoura.

A reintegração familiar também envolve a promoção de vínculos saudáveis entre a criança e sua família, através de actividades que fortaleçam a convivência familiar, o diálogo e a resolução de conflitos. Segundo Gomes (2018), é fundamental que a família receba orientação e capacitação para lidar com os desafios da reintegração, bem como para reconstruir os laços afectivos e o senso de pertencimento da criança.

1.2.3. Família

Uma família é um conjunto de pessoas ligadas por parentesco de sangue, por casamento ou algum outro tipo de relacionamento acordado ou adopção, e que compartilha a responsabilidade básica de reprodução e cuidado dos membros da sociedade. Os padrões de família variam de sociedade para sociedade. No entanto, a família como instituição social é

universal; está presente em todas as culturas. A família é uma unidade de pessoas que vivem na mesma casa (Mendonça, 2015).

Segundo Duarte (1994) o valor "família" tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. Contudo, seu significado depende da categoria social, ou seja, as mudanças que a afetam estão fortemente vinculadas com aquelas ocorridas na esfera pública (económicas, políticas e sociais).

Enquanto que, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (preocupações com o património), a qual mantém entre seus membros um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares, o conceito de família está baseado nas actividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua (Duarte, 1994).

1.2.3.1. Família institucional

A família institucional, segundo ECA (1990), pode ser definida como uma forma de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, onde são atendidos em unidades específicas, como abrigos, casas de acolhida ou instituições de cuidado. Esse tipo de acolhimento visa garantir a protecção e o cuidado integral dos indivíduos, proporcionando-lhes um ambiente seguro e acolhedor, sob a supervisão de profissionais qualificados.

Para a pesquisa, a família institucional constitui como um ambiente de acolhimento específico, oferecido em instituições, onde as crianças em situação de vulnerabilidade são acolhidas e proporcionados cuidados, visando oferecer protecção, educação e apoio psicossocial, até a sua reintegração na sua família de origem ou família acolhedora.

1.2.3.2. Família acolhedora

A família acolhedora constitui-se como uma modalidade de acolhimento familiar, na qual crianças em situação de risco são acolhidos por uma família previamente identificada e acompanhada pelas instituições envolvidas, de modo a proporcionar um ambiente familiar mais próximo e acolhedor para os acolhidos, contribuindo para a sua socialização e desenvolvimento integral (ECA, 1990).

A pesquisa compreende família acolhedora como um tipo de família que na ausência ou impossibilidade de acolhimento na família de origem, acolhe as crianças em situação de

vulnerabilidade, sendo esta acompanhada pelo assistente social e instituições públicas ou privadas e de justiça. E esta família tem por intuito oferecer um ambiente familiar seguro e afectivo, visando promover o desenvolvimento saudável.

1.2.4. Criança

Segundo a UNICEF (2004), as Nações Unidas considerada como crianças menores de dezoito anos, que devido à sua vulnerabilidade requerem uma atenção e protecção especiais. A Convenção dos Direitos da Criança define a criança como, "...todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade cedo", UNICEF (2019).

Em Moçambique, a Lei nº 7/2008, de 9 de Julho, conceitua a criança no artigo 3 como sendo, toda a pessoa menor de dezoito anos de idade, sendo que, casos expressamente previstos, a Lei aplica-se também aos menores com mais de dezoito e menores de vinte e um anos de idade.

De acordo com Sarmiento (2005) podemos definir as crianças como seres biopsicossociais que se encontram na primeira etapa das suas vidas. Por seu turno, a lei de promoção e protecção dos direitos da criança considera criança toda pessoa menor de 18 anos de idade.

Segundo o Dicionário Aurélio criança é ser humano de pouca idade. O significado genérico da infância está directamente ligado às transformações sociais, culturais, económicas, etc. Da sociedade de um determinado tempo e lugar, que possui seus próprios sistemas de classes, de idades e seus sistemas de status e de papel social (Ferreira, 2004).

1.2.5. Criança em Situação de rua

Para a criança em situação de rua, não existe apenas uma definição de rua, mas várias "ruas", como as praças, mercados cobertos, feiras, lojas, estação de ónibus, estação rodoviária, parques públicos, terrenos vazios, prédios abandonados, entre outros. Todos esses espaços fazem parte do que habitualmente chama-se rua, entretanto cada um possui uma função diferenciada para a criança.

Estes espaços podem ser para a criança um esconderijo, um lugar para conseguir dinheiro, alimentos, drogas, divertimento, etc. Assim, os espaços da rua vão sendo apropriados pela criança através do uso que ela faz dele, sendo a sua relação com esta marcada por uma exploração utilitária (Lucchini, 1993). Nesse contexto, para Alcioli (1995), a rua é um espaço para a sobrevivência, mas também para a ludicidade.

Segundo Costa et al. (2019), crianças em situação de rua são aquelas que passam a maior parte do seu tempo nas ruas, sem a supervisão de um adulto responsável, muitas vezes devido a conflitos familiares, violência doméstica, abandono ou pobreza extrema. Essas crianças enfrentam uma série de desafios, incluindo a falta de acesso a educação, saúde, alimentação adequada e proteção.

De acordo com Andrade et al. (2017), as crianças em situação de rua estão vulneráveis a diversas formas de exploração, abuso e negligência. Elas são frequentemente vítimas de violência física, sexual e psicológica, além de estarem mais expostas ao uso de drogas e a criminalidade. Além disso, essas crianças enfrentam altos índices de morbidade e mortalidade devido às condições precárias em que vivem.

As causas que levam as crianças a viverem nas ruas são complexas e multifacetadas. Segundo Amaral et al. (2018), a pobreza extrema, a falta de políticas públicas eficazes, a violência doméstica e a desestruturação familiar são factores determinantes nesse cenário. Muitas vezes, a rua é vista como um refúgio ou uma alternativa para escapar de situações de abuso e negligência no ambiente familiar.

CAPÍTULO II – PLANO DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo é apresentado o Plano de Intervenção que se destina a exposição das principais acções ou estratégias de intervenção social que visam reverter a situação do problema identificado, a finalidade, os intervenientes, a periodicidade, e o local onde estas acções terão lugar.

O plano de intervenção esteve composto em três actividades, nomeadamente:

- Visitas domiciliare às famílias das crianças em situação de rua;
- Divulgação dos direitos das crianças;
- Acções educativas na família e na sociedade para reintegração das crianças em situação de rua.

2.1. Visitas domiciliare às famílias das crianças em situação de rua

As visitas domiciliare são uma intervenção fundamental no serviço social, onde o assistente social se desloca até o domicílio do utente para compreender sua realidade de vida, necessidades e contextos sociais. Segundo Minayo (1998), as visitas domiciliare possibilitam uma compreensão mais ampla e contextualizada da situação do utente, contribuindo para intervenções mais eficazes.

As visitas domiciliare permitem ao assistente social, como refere Vasconcelos (2014), avaliar não apenas as necessidades imediatas do utente, mas também sua situação familiar, económica e ambiental. O ambiente familiar proporciona um espaço mais íntimo e seguro para o utente se expressar, contribuindo para o estabelecimento de uma relação de confiança entre o assistente social e o utente

As visitas domiciliare envolvem contacto directo do assistente social com os indivíduos e famílias em seu ambiente doméstico. Durante as visitas domiciliare, o utente tem a oportunidade de participar activamente do processo de avaliação e planeamento das intervenções, promovendo seu empoderamento e autonomia (Matos, 2012).

A actividade apresenta como objectivo: estabelecer contacto directo com o grupo alvo já reintegrado ou em processo de reintegração familiar e conhecer o histórico familiar das crianças de modo a observar as suas necessidades e motivações.

Constituído como grupo-alvo, as crianças e os seus familiares, sendo os intervenientes, a pesquisadora e os assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner e a duração da actividade foi de 3 (três) semanas.

2.2. Divulgação dos direitos das crianças

A necessidade de divulgação dos direitos das crianças é fundamental para garantir seu bem-estar e protecção. Ao conhecerem seus direitos, as crianças se tornam mais capazes de reconhecer situações de abuso, negligência ou violência, e buscar ajuda quando necessário. Como afirma Freeman (2007), a conscientização dos direitos é o primeiro passo para garantir que as crianças possam reivindicar seus direitos.

A divulgação dos direitos das crianças pode contribuir significativamente para a prevenção e redução da violência infantil. Segundo Save the Children (2013), a educação sobre os direitos das crianças é uma ferramenta crucial na prevenção da violência e abuso infantil. A divulgação dos direitos das crianças também contribui para aumentar a conscientização na sociedade sobre a importância de proteger e respeitar os direitos das crianças.

De acordo com UNICEF (2019), a conscientização pública sobre os direitos das crianças é essencial para garantir que políticas e programas reflectam os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança. Ao promover a divulgação dos direitos das crianças, os profissionais e formuladores de políticas podem trabalhar para desenvolver e implementar políticas e práticas que protejam e promovam efectivamente esses direitos.

Para esta actividade constituiu como objectivo: dar a conhecer as crianças, famílias e a sociedade sobre as políticas sociais inerentes as crianças em situação de rua, assim como os seus direitos e deveres. O grupo-alvo é composto por crianças, os seus familiares e a comunidade do bairro de Zimpeto. Os intervenientes são a pesquisadora e os assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner, tendo tido a actividade a duração de 3 (três) semanas.

2.3. Acções educativas na família e na sociedade para reintegração das crianças em situação de rua

As acções educativas desempenham um papel crucial no trabalho do assistente social, capacitando os indivíduos e as comunidades para lidar com desafios sociais e promover

mudanças positivas em suas vidas. Segundo Dominelli (2009), o serviço social tem uma forte base educacional, com foco na capacitação e no empoderamento dos utentes através da educação e do desenvolvimento de habilidades.

Specht e Courtney (1994), argumentam que os assistentes sociais devem trabalhar em colaboração com as comunidades, oferecendo programas educativos que fortaleçam a coesão social e capacitem os membros a identificar e resolver problemas locais. Sendo de grande importância a conscientização sobre diversas questões da família e comunidade, capacitando os indivíduos a reconhecerem e respeitarem as diferenças e a lutarem contra todas as formas de discriminação.

A actividade teve como objectivo: consciencializar as crianças e seus familiares de modo a olhar para a reintegração social das crianças em situação de rua como forma de enquadramento na família e na sociedade por se tratar de um problema social. No qual, o grupo-alvo são as crianças, os seus familiares e os líderes da comunidade onde residem os familiares directos da criança. Para este caso, os intervenientes constituíram, a pesquisadora e os assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner, cuja a duração da actividade foi de 2 (duas) semanas.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Com a apresentação do plano de intervenção segue-se o presente capítulo referente a metodologia da pesquisa. A realização desta pesquisa teve como base o uso de métodos e técnicas de investigação, que serviram de guia para que os objectivos pré-definidos no trabalho sejam alcançados. A metodologia serve como o caminho a ser seguido para poder chegar a comprovação dos factos abordados.

Assim, Marconi e Lakatos (2009, p. 81) definem método como “o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo conhecimento válidos e verdadeiros traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

3.1. Forma de abordagem

No que concerne à forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa, visto que consistiu em colher informações ou percepções, opiniões, comportamentos, respeitando os valores e crenças do grupo-alvo ou pesquisado, neste caso dos assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner. A abordagem qualitativa foi utilizada para responder os objectivos específicos focados nas percepções de um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Tal como refere Gil (1991), a pesquisa qualitativa visa descrever, interpretar, explicar e avaliar situações constatadas no campo, ou seja, abordagem qualitativa tem como objectivo estabelecer uma relação entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

3.2. Tipo de pesquisa

No tange ao tipo de pesquisa, a presente pesquisa é descritiva e bibliográfica partindo do princípio de que pesquisa é processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Com a pesquisa descritiva buscou descrever o trabalho do assistente social do Centro Juvenil Ingrid Chowner no processo de reintegração familiar da criança em situação de rua,

permitindo conhecer, com exactidão, o seu papel e desafios que tem enfrentado no desenvolvimento da sua actuação de um indivíduo.

Para Lakatos e Marconi (2004, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”
(Lakatos; Marconi, 2004, p. 183).

Neste molde, a pesquisa bibliográfica permite uma análise de conteúdos já publicados referentes a reintegração familiar das crianças em situação de rua, assim como o papel que o assistente social tem desempenhado para que esse processo de reintegração seja feito da melhor forma e que a criança tenha os seus direitos protegidos, e acima de tudo, que a criança não volte a viver na rua.

Com a pesquisa bibliográfica foram colectados informações e análises de diferentes autores que abordam sobre a questão da reintegração familiar da criança, o papel que o assistente social assume ao longo desse processo e os desafios que surgem no processo interventivo.

3.3. Método de pesquisa

No que diz respeito ao método de pesquisa, foi aplicado o método de pesquisa-acção. O método de pesquisa-acção é caracterizado pela elaboração de um plano de intervenção para a resolução do problema em análise.

Segundo Gil (2008), o método de pesquisa-acção é um tipo de pesquisa com base empírica e que é concebida e realizada em estreita associação com uma acção ou com a resolução de um problema colectivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-acção se concretizou com a identificação do problema, como o assistente social intervém na reintegração familiar de crianças acolhidas no Centro Juvenil Ingrid Chowner e dos desafios enfrentados para a eficácia da reintegração. Tendo, neste contexto, se elaborado um plano de intervenção que visa resolver de forma parcial ou total o problema em conjunto com o grupo alvo.

3.4. População alvo do estudo

A população da pesquisa é caracterizada pela definição da área ou população-alvo, descrevendo a quantidade de pessoas que actuam na pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2004), universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Como também refere Gil (2008), universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características.

Para a pesquisa tem-se como população alvo os Assistentes Sociais, neste caso cinco (5), do Centro Juvenil Ingrid Chowner. Dado que estes elementos estão directamente ligados ao problema de pesquisa, sendo os quais que tem feito as intervenções e procedimentos de reintegração familiar das crianças resgatadas nas ruas.

3.5 Técnicas de Colecta de Dados

Quanto as técnicas de colecta de dados foram aplicadas as seguintes: a bibliográfica, observação directa e a entrevista semi-estruturada.

3.5.1. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consiste num estudo sistematizado e desenvolvido com base em materiais publicados em livros, revistas, jornais, redes electrónicas, isto é, trata-se de material acessível ao público e geral, fornece instrumentos analíticos para qualquer outro tipo de pesquisa, podendo esgotar por si mesmo (Vergara, 2000, p.48).

A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura de fontes bibliográficas visando, obter elementos relevantes sobre os desafios do Assistente social no processo de reintegração familiar das crianças em situação de rua. Envolver as partes teóricas, metodológicas e conceptuais que compõem o trabalho. Assim sendo, através da pesquisa bibliográfica analisa-se os conteúdos que foram publicados por diversos autores referente ao papel do Assistente Social na reintegração familiar de crianças em situação de rua e os desafios enfrentados por este profissional no processo de reintegração.

3.5.2. Observação Directa

Segundo Marconi e Lakatos (2004), a observação é uma técnica básica de investigação científica, utilizada na pesquisa de campo e consiste em ver, ouvir e examinar factos e fenómenos que se deseja estudar.

Foi feita a observação directa através do trabalho de campo sobre os desafios do Assistente social no processo de reintegração familiar das crianças em situação de rua que ajudam a responder os objectivos do trabalho.

Esta técnica foi aplicada para a observar o quotidiano do fazer profissional do assistente social no Centro Juvenil Ingrid, possibilitando conhecer e identificar os diversos mecanismos aplicados pelo assistente social nos processos de reintegração das crianças nas suas famílias, os desafios enfrentados ao longo dos processos.

3.5.3. Entrevista

Marconi e Lakatos (2009, p. 195) definem a entrevista como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É também um procedimento utilizado na investigação social, para a colecta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para a presente pesquisa, o tipo de entrevista empregue é a semi-estruturada, que de acordo com May (2004), o entrevistador prepara uma lista padronizada de perguntas, mas acrescenta, em cada entrevista que conduzir, perguntas que porventura permitam maior atingimento dos objectivos, de acordo com os comentários e as respostas do entrevistado, dando maior liberdade e flexibilidade para o entrevistador, que podendo buscar maior esclarecimento junto ao entrevistado ou sondar suas respostas.

Esta técnica permitiu ao pesquisador colher informações com maior consistência na medida em que interagiu livremente com os entrevistados, a fim de obter informação com maior qualidade referente ao tema em estudo.

Foram realizadas entrevistas através de um roteiro semi-estruturado, sobre os Desafios do Assistente Social no processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua, buscando explorar o conhecimento empírico dos entrevistados sobre o objecto de estudo, com questões abertas que permitirão a obtenção de informações completas com maior precisão. O guião de entrevista é composto por 13 perguntas aos Assistentes Sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner.

3.6. Análise e tratamento de dados

Para análise e interpretação dos dados foi usado o modelo Laville e Dionne (1999), que consiste na leitura, descrição, classificação e interpretação dos dados. Assim sendo, procurou-se realizar leituras de diversas obras que sustentam sobre o assunto e posteriormente familiarização com os dados recolhidos no campo.

No concernente à descrição, realizou-se uma análise profunda do estudo, auxiliando-se com os dados da bibliografia levantada para uma compressão do assunto em causa. Seguidamente, na classificação foi incorporado todos os aspectos relacionados com a leitura feita, e por fim na interpretação onde foi feita a conclusão ou resumo.

3.7. Validade e fiabilidade dos resultados

Segundo Richardson (2009), para garantir a validade da pesquisa foi utilizada diversas fontes de informação para se chegar ao mesmo resultado, ou seja, sem distorção da mesma, através da triangulação de dados provenientes da entrevista semi-estruturada, obtida pelo grupo alvo.

A validade revela a capacidade que um instrumento tem de produzir medições adequadas e precisas para chegar a conclusões correctas, assim como poder aplicar as descobertas feitas a grupos semelhantes, não incluídos em determinada pesquisa

Para garantir a fiabilidade dos resultados desta pesquisa recorreu-se ao modelo test- retest, que consiste em fazer as mesmas questões ao mesmo grupo alvo, neste caso, a medição sobre os mesmos indivíduos e averiguar ou comparar os resultados. As questões da entrevista foram refeitas ao mesmo grupo para garantir a fiabilidade dos resultados.

3.8. Aspectos éticos da pesquisa

No que concerne aos aspectos éticos de pesquisa, o procedimento ligado ao consentimento informado foi devidamente observado de forma escrita e oral, informando os entrevistados a respeito dos objectivos e procedimentos utilizados na pesquisa.

Em relação ao anonimato a imagem e identidade, na pesquisa é salvaguardada a dignidade de todos elementos envolvidos na pesquisa e para a divulgação ou publicação de imagens, informações inerentes ao grupo alvo ou outros dados fora da pesquisa, foi) mediante a uma assinatura de termo de consentimento mútuo.

Foi, igualmente, esclarecida todas as dúvidas aos participantes, antes e assim como depois da assinatura do instrumento de recolha de informações, de modo que os participantes estejam a par de todo o processo de recolha de dados e o uso dos mesmos, estando livres de fazer parte, assim como de desistir de fazer parte da pesquisa.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos, neste capítulo é dedicado a apresentação e discussão dos dados recolhidos no campo e os resultados. É apresentado neste capítulo a descrição do perfil sociodemográfico dos entrevistados, seguido pela apresentação e análise dos resultados do trabalho de campo e as actividades implementadas no âmbito do plano de intervenção.

4.1. Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

É apresentado neste subcapítulo o perfil sociodemográfico dos entrevistados. As entrevistas foram aplicadas cinco (5) assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner que se encontram a exercer as suas actividades no centro nos períodos que abrange a pesquisa, de 2021 à 2023.

O tempo de colaboração dos assistentes sociais no Centro Juvenil Ingrid Chowner possibilitou a obtenção de dados confiáveis para a concretização do presente estudo, pois, o tempo de exercício profissional naquela instituição é um factor importante para o conhecimento das estratégias de implementadas pelo centro, no acolhimento e reintegração das crianças em situação de rua.

No que refere ao tempo de colaboração na instituição em estudo, percebeu-se no processo das entrevistas que três (3) dos assistentes sociais encontram-se a exercer as suas actividades profissionais naquela instituição à 8 anos e 2 dos assistentes sociais encontram-se a exercer as suas actividades naquela instituição à 6 anos. O tempo de colaboração dos assistentes no Centro Juvenil Ingrid Chowner possibilitou a obtenção de dados confiáveis para a concretização do presente estudo.

Em relação à idade dos profissionais, constatou-se que, a idade mínima é de 30 anos e a idade máxima é de 47 anos, isto é, o intervalo que compreende a idade dos assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner é de 30 à 47 anos. Em relação ao sexo, 3 dos assistentes sociais são do sexo masculino e 2 são do sexo feminino.

4.1.1. Centro Juvenil Ingrid Chawner

O Centro Juvenil Ingrid Chawner¹ é uma instituição privada que tem como alicerce para as suas actividades o conhecimento da doutrina cristã, esta acolhe crianças em situação de rua que desejam estar no centro, sendo crianças que tenham até o nível da 5º classe do Sistema Moçambicano de Educação.

Foi através do Boletim da República III Série número 26, de 26 de Junho de 1996, sendo publicados os estatutos que criam o Centro de Recuperação Juvenil Ingrid Chawner. O nome Ingrid Chawner do centro, atribuiu-se em homenagem à missionária pentecostal norueguesa Ingrid Chawner, que esteve em Moçambique como a primeira missionária pentecostal norueguesa.

As construções do Centro tiveram início em Junho de 1993, tendo sido inauguradas em 4 de Novembro de 1995, pelo antigo Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano.

4.2. Acções implementadas pelos Assistentes Sociais no Centro Juvenil Ingrid Chawner

O assistente social é um profissional que se insere nas diversas esferas sociais, em que estão presentes relações sociais, actuando na superação das questões sociais provenientes dessas relações e do sistema capitalista.

O assistente social, segundo Iamamoto (2008), deve ter um perfil: culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. A este, exige-se compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social.

Sendo que, elementos constituintes do perfil do assistente social estão aliados à pesquisa da realidade, ajudam a decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Porém, requer também, um profissional perito no instrumental técnico – operativo, capaz de potencializar as acções nos níveis de acessória, planeamento, negociação, pesquisa e acção directa, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas deliberações

¹ Centro Juvenil Ingrid Chawner. (s/d). *Regulamento interno*. Maputo

que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los. (Iamamoto, 2008)

O instrumental técnico – operativo possibilita que o assistente social desenvolva acções e as implemente segundo as questões sociais identificadas, as condições materiais dos sujeitos da intervenção do assistente social, estimulando o envolvimento dos mesmos sujeitos na implementação das acções e resolução das questões sociais.

De acordo com Souza e Haradou (2022), o profissional de Serviço Social inserido nas instituições, principalmente aquelas onde se realizam o serviço de acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, tem como guia o seu projecto de formação profissional direccionado a um trabalho de operacionalização e garantia de direitos tomando em consideração o enfrentamento dos problemas sociais sofridos por esses sujeitos; seja no seu quotidiano, no âmbito de um serviço específico ou proferido por outros, ou ainda de outras políticas públicas, isto é, com o trabalho em redes de serviços.

O processo de trabalho do profissional é importante na materialização de serviços de acolhimento institucional, dirigidos ao público-alvo, crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, e, em simultâneo, enfrentam inúmeros desafios no contexto contemporâneo de crise económica, política e fiscal impactando nas políticas públicas desenvolvidas pelo aparato público como forma de satisfazer as necessidades dessa população, haja vista aquelas serem desenvolvidas sob o contexto economicista e neoliberal (Cardoso, 2017).

O assistente social nos serviços de acolhimento institucional realiza as suas acções em prol da garantia dos direitos das crianças, no enfrentamento dos problemas sociais no qual estão sujeitas, num contexto em que as políticas económicas de carácter neoliberal são as que tem tido maior atenção do Estado face às políticas sociais.

“Cada criança que chega e é acolhida no centro é recebido com uma abordagem individualizada, onde buscamos entender suas necessidades específicas, histórico e desejos.” (Assistente Social 1)

O assistente social no Centro Juvenil Ingrid Chowner acolhe e orienta as crianças de modo que, a inserção da criança na instituição seja eficaz, as necessidades específicas da mesma sejam atendidas e conhecido o histórico da criança, as motivações que à levaram a estar em situação de rua.

Tal como refere Cardoso (2017), as situações que são vivenciadas pelos sujeitos, principalmente, relativas à criança, quando da sua situação de risco social, e com a institucionalização, são reflectidas e analisadas na sua dimensão universal e na sua especificidade, o que desafia a cada instante o profissional a apreender, revelar e solucionar as diversas expressões da questão social que permeiam o contexto desses sujeitos.

“Reconhecemos a importância da educação oferecemos apoio para que às crianças possam continuem seus estudos, como também a desenvolverem suas habilidades.” (Assistente Social 2)

As acções do assistente social, tendo em consideração os depoimentos, não se limita apenas ao acolhimento, mapeamento das necessidades das crianças e superação das mesmas, inclui também, a garantia e o acesso aos direitos sociais, como é o caso de serviços de educação para que às crianças tenham a oportunidade de conhecerem e desenvolverem as suas habilidades.

A profissão de Assistente Social é de extrema importância na sociedade actual, tendo como principal objectivo a garantia dos direitos sociais, nesse caso, no âmbito da educação, especialmente na assistência a crianças e jovens, e também na promoção da qualidade de vida das pessoas (Vottero, 2023).

“Disponibilizamos as nossas crianças serviços de aconselhamento psicológico e psicossocial para ajudá-los a superar desafios e traumas passados. Como também trabalhamos para a reintegração das crianças nas famílias, fortalecendo laços, facilitando a reconciliação e o apoio” (Assistente Social 3)

O profissional na realização do seu serviço de acolhimento, orienta indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento das necessidades, assim como na defesa dos seus direitos (Brasil, 2012).

O trabalho do profissional, além de acções de acompanhamento individual das crianças nas instituições de acolhimento institucional, reintegração na família de origem, inclui o trabalho socioeducativos com essas famílias a fim de dar suporte às famílias no restabelecimento dos vínculos entre os seus membros e romper a cultura da violação de direitos.

4.3. Processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner

O processo de reintegração familiar das crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner inicia com a selecção das crianças vivendo na rua para o centro. Segundo CJIC (s/d), no seu *Manual de Procedimentos no Sector Social*, constituem como critérios de selecção os seguintes: as crianças vivendo na rua devem ter a idade compreendida entre 7 aos 14 anos; devem no mínimo ter 3 meses de permanência na rua; devem ser crianças que já tiveram contacto com os educadores do Centro e ter o desejo de viver no centro.

“Para a inserção das crianças no centro, é verificada a questão idade onde são crianças dos aos 14 anos de idade, que tenham no mínimo 3 meses a viver na rua, e devem ser crianças que tenham família.” (Assistente Social 4)

No processo, as crianças em situação de rua são explicadas sobre o que é o centro, quais são os objectivos do centro, que vantagens terão ao fazerem parte do mesmo e quais as regras que devem seguir na instituição.

Com a aceitação das crianças, é iniciado o processo de reabilitação, são recebidas em oração (a doutrina cristã é uma das bases de trabalho do centro), feita a primeira fotografia com a roupa de rua, dados cuidados de higiene, sendo apresentadas aos trabalhadores e as demais crianças acolhidas no centro. A posterior, passam a participar nas actividades que o centro proporciona às crianças com vista a reabilitação e capacitação, sendo estas as actividades: agricultura, desporto, jardinagem, ensino bíblico, limpezas, aulas de informática, aulas de inglês, explicação, consulta a biblioteca e divulgação dos direitos da criança.

Segundo Santos (2011), a dinâmica das instituições de acolhimento e de protecção especial deve ter um carácter interventivo na busca da transformação da realidade social da criança e do adolescente, que se encontra como usuária destes serviços, visando assegurar a garantia de direitos sociais e do serviço de qualidade, viabilizado pela articulação institucional e interinstitucional.

Após a acomodação das crianças no centro, cada criança é entrevistada com intuito de obter-se informações sobre a origem da criança, a localização da sua família, a motivação pelo qual a levou a sair de casa e se a mesma tem a pretensão regressar para casa. As informações obtidas são as que permitirão que o assistente social decifre as necessidades individuais e

implemente acções que tem por objectivo a garantia os seus direitos, como também a reintegração no ambiente familiar.

Com a recolha de informações sobre às crianças e os seus familiares, os assistentes sociais acompanhados em conjunto com à criança aproximam à casa da família, onde se apresentam e explicam o motivo que os levam ao local. Da família, procura-se conhecer as motivações que determinaram que à criança estivesse em situação de rua, e a instituição coloca-se a disposição para ajudar no processo de reintegração da criança à casa, sendo necessária a total colaboração da família.

Ao se disponibilizarem, as famílias são preparadas para poderem receber as crianças, passando a receber visitas dos assistentes sociais, que aconselham sobre as melhores formas de cuidados e protecção das crianças, no qual o “evangelho cristão” constitui uma das bases importantes. Ao longo do tempo a criança é dispensada para estar com a família, em período de férias escolares e fins-de-semana, com a supervisão dos assistentes sociais.

O “evangelho cristão” constitui como uma das ferramentas que o centro tem e aplica no atendimento das suas demandas. Ao assistente social na instituição é incumbido, na sua intervenção, a auxiliar-se, para além de conhecimentos técnicos – operativos, da bíblia proporcionando desse modo orientação espiritual e moral. O assistente social, ao aderir às directrizes da instituição, busca actuar como agente de mudança e transformação no contexto em que está inserido.

Segundo Hirata e Mahon (2015) o assistente social se apoia nas directrizes da instituição para realizar as suas intervenções, priorizando a necessidade de agir em conformidade com as políticas, regulamentos e princípios éticos da organização em que está inserido.

Iamamoto (2007) argumenta que o assistente social também enfrenta a tarefa de lidar com a complexidade das questões sociais, utilizando as directrizes institucionais como subsídio para a mediação e intervenção nos problemas sociais, mas também com o desafio de exercer o seu papel de forma crítica e transformadora frente às desigualdades e injustiças sociais vigentes.

“A criança de vez em quando visita a família, a família tende a visitar a criança no centro” (Assistente Social 4).

Avaliando-se a progressão da criança e compreendendo-se que a família se encontra preparada para acolher a criança de forma definitiva é feita a reinserção definida da criança a sua família, inclusive a reinserção escolar, na escola mais próxima, bem como a reinserção

espiritual da criança na igreja cristã mais próxima. Em caso de a família apresentar vulnerabilidade alimentar é atribuído apoio alimentar e, é iniciado o processo de desligamento entre a família e o centro.

Santos (2011), considera que as instituições de acolhimento devem realizar uma função de mediação, considerando as contradições da realidade e a totalidade social, que torna o trabalho social muito complexo.

“Foram acolhidas crianças que se encontravam na rua, inscreveu-se algumas crianças numa instituição de ensino e fez-se o trabalho de reintegração.”

Assistente Social 4)

“O Centro Juvenil Ingrid Chowner tem o papel de acolher, reeducar e reintegrar.”

(Assistente Social 5)

A equipa técnica deve actuar sempre pautada na perspectiva da reintegração familiar, que segundo Rossetti (2009), a reintegração familiar deve ser um processo gradativo, planeado e acompanhado pela equipa interprofissional do serviço de acolhimento, familiar e institucional, com o objectivo de fortalecer as relações familiares e as redes sociais de apoio da família.

Segundo os entrevistados de 2021 à 2023 foram reintegradas nas famílias de origem 9 (nove) crianças que se encontravam em situação de rua, tendo sido reabilitadas, integradas nas escolas para que possam continuar o desenvolvimento das suas habilidades. Contudo, no mesmo período, 4 (quatro) não tiveram o mesmo sucesso, sendo que (2) duas crianças retornaram as ruas e outras (2) duas, por conta do ambiente familiar desfavorável, permanecem institucionalizados.

4.4. O papel do Assistente Social no processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner

Ao inserir o Serviço Social no âmbito de um processo de trabalho e nas mudanças societárias no mundo do trabalho, requer compreender o carácter histórico e de transformação da acção profissional, pois a intervenção profissional do Assistente Social, sob as mais expressivas facetas da questão social, requer a necessidade de renovação e mudança, a fim de obter um resultado mais qualificado do seu agir e pensar profissional.

À medida que novas situações se colocam para a profissão, novas exigências obrigam a actualizar-se, redefinir estratégias e procedimentos, a fim de adequar-se às novas demandas e aquisições que são postas diante do mercado de trabalho (Netto e Carvalho, 2007).

O acolhimento institucional constitui como o destino de diversas crianças que se encontram em situação de rua ou foram afastados do convívio familiar por força de algumas circunstâncias da vida social. O assistente social, na instituição, no seu trabalho, busca fortalecer os vínculos familiares para uma possível reintegração no núcleo familiar, devendo promover a protecção social aos acolhidos e às suas famílias.

No processo de reintegração das crianças acolhidas no Centro Juvenil Ingrid Chowner, o assistente social desempenha um papel crucial para o sucesso da intervenção e reintegração da criança no convívio familiar.

“Actuamos desde o acolhimento das crianças no centro até a sua reintegração definitiva na família.” (Assistente Social 1)

O assistente social precisa compreender o movimento da realidade e das classes sociais para conseguir tencionar o seu propósito e vislumbrar uma resposta de maneira que não tenha acções instrumentais, focalizadas e imediatistas, e evidentemente atendendo a efectividade contínua de cada caso (Guerra, 2007).

No processo de reintegração, o assistente social no centro, na sua intervenção, prioriza a família, tendo-a como uma ferramenta de extrema importância. Pois, a participação da família contribui para o desenvolvimento das relações entre a família e a criança.

“Fazer acompanhamento à família, permite que haja ligação entre a família e a criança antes da reintegração e prepara a família para o recebimento da mesma.” (Assistente Social 2)

Segundo Landy e Munro (1998) a preparação prévia das famílias para a reunificação é um componente facilitador para o sucesso da reintegração familiar. Esta preparação depende fundamentalmente das características dos casos e dos factores de risco presentes que devem ser enfrentados.

Segundo Pine, Warsh e Maluccio (1993), os pais/cuidadores muitas das vezes necessitam de ajuda para aprender como interagir e conviver de maneira positiva com os seus filhos e como aproveitar esse momento.

Antes da reintegração familiar, a família constitui como objecto de intervenção do assistente social, no qual, a família é preparada através da identificação e resolução dos obstáculos ou barreiras que dificultam a relação com a criança, apostando-se na fortificação dos vínculos emocionais entre os utentes.

“Através das visitas domiciliares, visita da família no centro e da criança a casa da família aproxima cada vez mais a família e à criança. Assistente social faz o acompanhamento domiciliar, social, espiritual e comportamental.” (Assistente Social 3)

As visitas frequentes entre cuidadores/pais e filhos afastados da família têm sido consideradas um poderoso factor para a efectivação da reunificação familiar. Aqueles que receberam visitas periódicas da sua família, visitas que faziam parte de um plano de preservação familiar, tiveram mais chances de voltar para casa (Landy; Munro, 1998).

Tal como refere Rossetti (2009), métodos e técnicas como visitas domiciliares e entrevistas, grupos de mães, pais e famílias, encontros entre a família e a criança e/ou adolescente, estudos de caso, entre outros, podem ser utilizados para a concretização dos objectivos da intervenção.

“Para verificar se uma família esta pronta para receber de forma definitiva à criança é feita uma avaliação afectiva, no sentido de ver como a família reage quanto a ideia da criança retornar a casa, lê se a expressão facial, as palavras proferidas pela família, a forma como a mesma trata a criança no momento da visita.” (Assistente Social 4)

Cabe ao assistente social, após o diagnóstico dos factores causadores da fragilidade da relação entre a criança e a sua família e implementação de acções com o intuito de corrigir e fortalecer os vínculos familiares, avaliar o empenho e a predisposição da família como também da criança na reintegração total da criança.

Os instrumentos e as actividades profissionais exercidos pelo assistente social buscam promover mecanismos e meios que ofereçam o processo de fortalecimento de vínculos, trabalhando com as crianças e adolescentes institucionalizados, além deles, o trabalho deve estar fortemente relacionado às famílias dos acolhidos, no sentido de dar subsídios para poder cumprir com as suas responsabilidades, entendendo que a família, independente dos seus

arranjos, pode ser o melhor lugar de protecção e socialização dos seus membros (Losekann, 2017).

O exercício prático do assistente social não é fácil, exige tempo, dedicação, estudos e também articulação com outros serviços, para que, seja um trabalho completo. Porém, há casos em que a reintegração ao núcleo familiar de origem da criança não seja possível, o assistente social tem que trabalhar com a hipótese de adopção.

“Por vezes há rejeição por parte da família ou da criança, o que dificulta o retorno da mesma. No caso da família, o assistente Social sensibiliza a família, a comunidade e a estrutura do bairro a acolher a criança no convívio familiar e social. E se for à criança, o assistente social volta a sensibilizar às crianças, procura ocupação para as mesmas, fazem actividades vocacionais.”

(Assistente Social 4)

Nem sempre a família está disponível para acolher a criança na sua casa devido às situações complexas e de risco. Esgotadas todas as tentativas e possibilidades do retorno ao convívio familiar, somente nesse caso, deverá ser promovida a inserção do acolhido em família substituta ou estendida (Valente, 2013).

“Caso não for possível, procura-se família substitua, ligada por laços de consanguíneos ou não, porém procura que a criança esteja em algum ambiente familiar, pois na rua não pode ficar e no centro a sua estadia não é permanente.” (Assistente Social 4)

Nestes casos, o assistente social procura reintegrar a criança na família extensa, sendo aquela, segundo Brasil (2012), que se estende para além da unidade pais e filhos, abrange aos parentes próximos com os quais a criança convive e mantém vínculos de afinidade e afectividade. Ou ainda a colocação em família substituta, que segundo Daher (1998), é aquela que se propõe trazer para dentro dos limiões do próprio casa, uma criança que por qualquer circunstância foi desprovido da família natural, para fazer parte integrante dela.

A colocação da criança junto a família substituta visa assegurar que esta tenha o privilégio de usufruir do direito de convivência familiar, de poder se sentir como membro de uma determinada família e não limitada a vivência institucional.

Tal como refere Cardoso e Teixeira (2015), a importância da convivência familiar e comunitária como garantia de direito dos seus membros e das famílias, em especial, das

crianças e adolescentes, é colocada como uma das necessidades a ser concretizada, haja vista o combate ao abandono, à reclusão e à perda dos vínculos e relações familiares. A relevância da permanência do convívio familiar e comunitário se deve ao fato de ser o lócus familiar onde o indivíduo constrói a identidade e o sentimento de pertencimento, afectividade, e cuidados, embora possa ser também o lugar de violação de direitos e relações hierárquicas entre géneros e gerações.

4.5. Desafios do Assistente Social na Reintegração Familiar de Crianças em Situação de Rua

A reintegração familiar de crianças é um dos desafios mais complexos para os assistentes sociais. Esta tarefa envolve a articulação de diversos actores tanto da comunidade quanto de instituições governamentais, além de demandar múltiplas competências técnicas e éticas por parte dos profissionais que actuam nesta área. Neste contexto, os assistentes sociais enfrentam desafios comunitários e institucionais que muitas vezes dificultam a realização eficaz do processo de reintegração familiar.

4.5.1. Desafios do Assistente Social na Reintegração Familiar de Crianças diante dos factores socioeconómicos da Família

A intervenção do assistente social no processo de reintegração familiar de crianças enfrenta diversos desafios socioeconómicos que impactam directamente no trabalho desse profissional. A reintegração familiar é um processo complexo que busca restabelecer os vínculos entre a criança e sua família de origem, após terem sido rompidos devido a situações de negligência, abuso ou violência.

O assistente social desempenha um papel fundamental na avaliação das condições socioeconómicas da família e na implementação de políticas e programas que visam promover a reintegração de forma segura e saudável para a criança.

Segundo Oliveira, Borges, Cunha e Carvalho (2017), é dever do profissional do Serviço Social actuar na defesa e garantia dos direitos humanos, da justiça social e da equidade, o que inclui a protecção das crianças em situações de risco. Para tanto, o assistente social precisa lidar com os desafios socioeconómicos que permeiam o contexto familiar, buscando alternativas e soluções que possam promover a reintegração de forma efectiva.

A precariedade das condições de moradia e acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento constitui como um dos desafios socioeconómicos enfrentados pelo assistente social na intervenção do processo de reintegração familiar da criança. As famílias em situação de vulnerabilidade vivem em condições precárias, o que impacta directamente na saúde e no bem-estar das crianças. Assim como, a falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade dificulta o desenvolvimento e o cuidado adequado das crianças, contribuindo para o ciclo de vulnerabilidade e insucesso da reintegração familiar.

De acordo com Carvalho, Sant'Anna e Andrade (2020), a precariedade da moradia e a falta de acesso a serviços básicos são factores que influenciam directamente no processo de reintegração familiar. Desse modo, o assistente social precisa actuar para garantir que a família tenha condições adequadas de moradia e acesso a serviços, buscando alternativas como o encaminhamento para programas habitacionais e o acompanhamento da família para garantir o acesso aos serviços essenciais.

A situação de desemprego e a baixa renda familiar também representam um desafio importante para o processo de reintegração familiar. No qual, as famílias em situação de vulnerabilidade enfrentam dificuldades para garantir o sustento básico das crianças, o que impacta directamente na qualidade de vida e no desenvolvimento das mesmas. Podendo, em algumas ocasiões, a criança se sentir melhor na rua, pois, terá maior probabilidade de ter acesso a alimentação em relação a sua casa.

Segundo Santos e Pelissari (2019), o desemprego e a baixa renda familiar são factores que impactam na eficácia do processo de reintegração familiar, sendo que, o assistente social deve actuar para garantir que a família tenha condições adequadas de subsistência, buscando alternativas como o encaminhamento para programas de geração de emprego e renda e o acesso a benefícios sociais.

Para além dos desafios socioeconómicos no contexto familiar que os assistentes sociais enfrentam, se destacam também obstáculos relacionados à compreensão e à aceitação da família em relação ao processo de reintegração familiar da criança. Segundo Gomes e Silva (2019), algumas famílias têm tido resistências e dificuldades em reconhecer a necessidade e a importância da reintegração da criança no ambiente familiar, o que dificulta o trabalho do assistente social em proporcionar a criança um ambiente familiar acolhedor e benéfico.

É fundamental que o profissional tenha habilidades de comunicação e mediação, buscando promover o diálogo e a compreensão entre a família e a criança, visando o fortalecimento dos

vínculos familiares e a construção de um ambiente saudável e seguro para a criança. Bem como, é crucial que assistente social esteja preparado para lidar com os desafios socioeconómicos que permeiam o processo de reintegração familiar, buscando promover alternativas e soluções que possam contribuir para a garantia dos direitos das crianças e o fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade

4.5.2. Desafios institucionais do Assistente Social no Processo de Intervenção na Reintegração Familiar das Crianças no Centro Juvenil Ingrid Chowner

Os profissionais enfrentam quotidianamente vários desafios para garantir o acesso aos direitos sociais, à liberdade, à autonomia e à emancipação destes sujeitos, neste caso, crianças em acolhimento institucional. Os profissionais precisam lidar com a dinâmica das instituições de acolhimento e de protecção especial, que necessitam ter um carácter interventivo na busca da transformação da realidade social da criança e do adolescente que se encontram como usuários, visando assegurar os seus direitos sociais, bem como um serviço de qualidade (Santos, 2011).

“A rejeição por parte da família, a não identificação da família da criança e dificuldades para encontrar uma família substituta constituem como desafios para a concretização do processo de reintegração.” (Assistente Social 5)

A criação de condições necessárias para a reintegração da criança constitui como desafiador para o assistente social, pois, em algumas situações é deparado com a rejeição da família em acolher e reintegrar à criança o que remete a junção de esforços para a identificação de uma família substituta, que possa garantir o direito de pertença e convivência familiar.

De acordo com Losekann (2017), no cenário actual, devido às desigualdades sociais promovidas pelo sistema capitalista, tornou-se um grande desafio promover a protecção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, pois o actual contexto social, político e económico interfere nas relações sociais, uma vez que se manifestam na forma de riscos e vulnerabilidades, no quotidiano das famílias.

Os profissionais diante desses limites buscam estratégias de acordo com cada particularidade das crianças acolhidas, estratégias essas que são contacto com a rede, acções intersectoriais para ser concretizado o trabalho interventivo.

Segundo Santos (2013), crianças têm o direito à convivência familiar e à reintegração familiar, mas proteger e fortalecer esses vínculos familiares pela reintegração mostra-se um desafio constante para o trabalho social, considerando o cenário de desigualdades sociais, agravadas pelo desmonte pelo capital das políticas públicas e dos direitos sociais. Essa realidade macro de exclusão e precariedade das condições de vida interferem nas relações sociais e interpessoais e na dinâmica familiar, que associada a factores culturais tradicionalistas se expressam nas diversas formas de risco e vulnerabilidade na qual muitas famílias se encontram.

“A questão da deslocação para a realização de visitas domiciliares, é um factor que dificulta a nossa intervenção, pois algumas crianças têm suas famílias longe do centro, a logística, os fundos por vezes são escassos para a efectivação deste trabalho social.” (Assistente Social 5)

As visitas domiciliares constituem como instrumento importante no processo de reintegração familiar, pois, é empregado na práxis da profissão da assistente social e que facilita a aproximação do profissional à realidade da família, onde realiza o estudo social em lócus proporcionando uma colecta de dados mais eficiente. Este é aplicado antes e após a reintegração familiar de modo a garantir que a criança possa permanecer num ambiente familiar com condições necessárias.

As dificuldades para realizar visitas domiciliares regulares à família da criança pode limitar a capacidade de avaliar o ambiente familiar, identificar necessidades e fornecer apoio adequado. O que pode prolongar a permanência da criança na instituição, impedindo a sua reintegração oportuna à família e, em algumas ocasiões, prejudicar a construção de vínculos, a compreensão das necessidades da família e a colaboração no processo de reintegração.

Apesar das dificuldades e desafios enfrentados por esse serviço e trabalho social com família, há muitas potencialidades e avanços, ainda que permaneçam mais normativamente que, na prática, sendo guias das novas acções, pois, implicam reordenamentos e mudanças, inclusive de mentalidade e condução do trabalho social (Cardoso; Teixeira, 2015).

“Boa parte das crianças tende a voltar permanentemente ao convívio familiar, retornam à escola e quando já crescidos, tem profissão formam uma família.”
(Assistente Social 5)

A função do assistente social no serviço de acolhimento é de extrema importância, a sua finalidade é garantir a protecção e consolidação dos direitos sociais que estão sendo violados, promovendo-lhes a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, pois, estas crianças são indivíduos em desenvolvimento.

Diante da sua autonomia e seu o saber, o profissional é capaz de ir além do que as instituições colocam, como destaca Iamamoto (2008, p. 64) que, “a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social, ela organiza o processo de trabalho do assistente social (...) não é um condicionante externo e muito menos um obstáculo para o exercício profissional”.

O profissional no seu exercício deve saber fazer o uso dos recursos da instituição em conjunto ao seu objecto que é atender aos interesses da população usuária dos serviços, sabendo utilizar das suas estratégias para fazer essa ligação de interesses institucional e interesses da população usuária.

4.5.3. Desafios comunitários e do Estado que o Assistente Social enfrenta no Processo de Reintegração Familiar das Crianças

- *Diante da comunidade*

Ao trabalhar com a reintegração familiar de crianças, os assistentes sociais, não só se deparam com desafios familiares e institucionais, também estão visíveis os desafios comunitários e do Estado que podem interferir no processo de intervenção. A comunidade muitas vezes possui valores, crenças e práticas que divergem das normativas estabelecidas pelo Estado através de políticas, o que pode gerar resistência e dificultar a aceitação das intervenções propostas pelos profissionais.

Segundo Carvalho (2017) é necessário que os assistentes sociais considerem as especificidades culturais e sociais das comunidades em que actuam, buscando estabelecer parcerias e diálogos com lideranças locais e membros da comunidade. Sendo fundamental promover acções de conscientização e educação sobre os direitos das crianças e as políticas de protecção à infância, buscando sensibilizar a comunidade para a importância da reintegração familiar e do fortalecimento dos vínculos familiares.

Assim como, é necessário promover a articulação com as comunidades e instituições, sendo que a comunidade deve ser incluída no processo de reintegração familiar de crianças, bem como a capacitação dos profissionais e a ampliação dos recursos e serviços disponíveis.

- *Diante do Estado*

A família é considerada a principal instituição responsável pela protecção e cuidado das crianças, e o Estado desempenha um papel crucial na garantia de que as crianças sejam reintegradas de forma segura e saudável em suas famílias.

Segundo Teixeira (2016), a reintegração familiar é um processo complexo que requer a actuação coordenada de diversas entidades e órgãos governamentais, bem como a promoção de políticas públicas abrangentes para garantir o apoio e assistência necessários às famílias.

O papel do Estado também envolve a implementação de medidas de protecção e prevenção, visando evitar a separação desnecessária das crianças de suas famílias. Segundo Carneiro (2014), é fundamental que as políticas sociais e económicas promovam condições adequadas para a capacidade das famílias de garantir a protecção e cuidado de suas crianças. Isso inclui o acesso a educação, saúde, habitação, trabalho e renda, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Assim como, o Estado é responsável por promover a formação e capacitação desses profissionais, bem como garantir a existência de mecanismos de supervisão e controle das práticas profissionais, visando assegurar a qualidade e eficácia dos serviços prestados às famílias (Carneiro, 2014).

Diante do papel do Estado, os assistentes sociais encaram dificuldades relacionadas às instituições Estatais e ao sistema de protecção à infância e a família. Nesse sentido, a falta de recursos financeiros e materiais, a burocracia excessiva e a ineficácia de algumas políticas públicas constituem como obstáculos que afectam directamente a eficácia das intervenções de reintegração familiar.

De acordo com Netto (2015), a prática profissional do assistente social no contexto da protecção à infância e juventude exige capacidade analítica, crítica e propositiva, visando a intervenção na realidade social e a transformação das práticas institucionais e sociais. Isto é, torna-se necessário que os assistentes sociais actuem de forma estratégica na articulação com outras instituições e na mobilização de recursos, buscando superar as barreiras burocráticas e institucionais que dificultam o trabalho de reintegração familiar.

É fundamental que os assistentes sociais actuem de forma ética e comprometida com os princípios do Código de Ética Profissional, buscando promover o empoderamento das famílias e o respeito à sua autonomia e dignidade. Segundo Iamamoto e Carvalho (2012), o trabalho do assistente social exige um posicionamento crítico em relação às políticas sociais e institucionais, buscando a garantia dos direitos humanos e a superação das desigualdades sociais.

A falta de comunicação entre as diferentes instituições públicas e privadas envolvidas na reintegração familiar impacta nesse processo de reintegração, pois, segundo Santos (2019) as diferentes áreas da assistência social, saúde e Justiça não conseguem estabelecer uma comunicação efectiva, o que prejudica a articulação necessária para garantir a reintegração familiar. A falta de comunicação também impacta na falta de planeamento e na falta de integração das diferentes acções realizadas pelas instituições, o que prejudica a eficácia do processo.

Neste sentido, é fundamental que o Estado promova a integração entre as diferentes áreas envolvidas na reintegração familiar, por meio de políticas que visem a melhoria da comunicação entre as instituições e a promoção de um trabalho em rede efectivo.

De acordo com Delgado (2018), a falta de políticas de protecção social e de assistência social adequadas impacta na intervenção para a garantia de protecção e condições mínimas de desenvolvimento das famílias e crianças vulneráveis. Ou seja, há dificuldades para garantir que a família tenha acesso aos programas e benefícios sociais disponíveis, aliado a selectividade e a burocracia por parte das instituições do Estado que exercem as funções de promoção de políticas sociais.

A falta de políticas públicas eficazes é um dos desafios que impacta no direccionamento das acções do assistente social e das instituições envolvidas na reintegração familiar, o que prejudica a qualidade do atendimento prestado e a eficácia do processo. Neste sentido, como refere Gonçalves (2018), é fundamental que as instituições governamentais implementem políticas públicas eficazes e que visem a promoção da reintegração familiar, por meio de investimento em pesquisa, planeamento e execução de acções que contemplem as necessidades das famílias e das crianças.

É fundamental que o Estado promova a articulação necessária para garantir a reintegração familiar, por meio de políticas que visem a simplificação dos processos burocráticos e a integração entre as diferentes instâncias responsáveis pela reintegração familiar.

4.5. Actividades Implementadas no Âmbito do Plano de Intervenção

Tendo se identificado o problema elaborou-se um plano de intervenção que teve como intuito implementar acções que visam reduzir os impactos ou resolver o problema na sua totalidade. As actividades que foram elaboradas como acções de intervenção estão centradas em três pontos: visitas domiciliares; promoção de direitos da criança; e acções socioeducativas.

4.5.1. Visitas Domiciliares às Famílias das Crianças em Situação de Rua

Foram realizadas visitas domiciliares à 10 (dez) famílias das crianças acolhidas pelo Centro Juvenil Ingrid Chowner, cujo o objectivo das visitas centrou-se em estabelecer contacto directo com o grupo alvo já reintegrado ou em processo de reintegração familiar e conhecer o histórico familiar das crianças de modo a observar as suas necessidades e motivações.

Com a realização das visitas foi possível apurar que as famílias têm predisposição para receber e reintegrar às crianças a convivência familiar, proporcionar o apoio necessário para que a criança se sinta inserida e não retorne novamente a situação de rua. Nesse período das visitas não foram reintegrados nenhuma das crianças em processo de reintegração, pois, ainda se realizava a etapa do aconselhamento e preparação da família e da criança.

Às crianças reintegradas observou-se que tinham relações e vínculos fortificados com os seus familiares e não tinham quaisquer ideias de retornar à situação de rua. A actividade foi realizada pela pesquisadora e os assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner, em um período de 3 (três) semanas.

4.5.2. Divulgação dos Direitos das Crianças

A divulgação e promoção dos direitos das crianças constituiu como a segunda actividade a ser desenvolvida no âmbito da intervenção no problema, esta, teve como objectivo dar a conhecer as crianças, famílias e a sociedade sobre as políticas sociais inerentes as crianças em situação de rua, assim como os seus direitos e deveres.

A actividade foi desenvolvida ao longo de três semanas na comunidade do bairro de Zimpeto, assim como também nas famílias das crianças, de modo a fazer saber e compreender que a criança também é dotada de direitos e deveres que devem ser respeitados e garantidos evitando situações que coloque às crianças em risco.

Os instrumentos e meios para a realização da actividade foram as visitas domiciliare e as palestras. Na comunidade a actividade foi realizada através de palestras, que contou com participação dos membros da comunidade do bairro de Zimpeto, com um número de 15 a 22 participantes. E nas famílias foi realizada no processo de visitas domiciliare. Os intervenientes da actividade foram a pesquisadora e os assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner, ao longo de 3 (três) semanas.

4.5.3. Acções Socioeducativas na família e na Sociedade para Reintegração das Crianças em Situação de Rua

A terceira actividade realizada teve como objectivo, consciencializar as crianças e seus familiares de modo a olhar para a reintegração social das crianças em situação de rua como forma de enquadramento na família e na sociedade por se tratar de um problema social.

A actividade foi feita na instituição, bem como durante a realização de visitas domiciliare às famílias das crianças. Através de conversas, sensibilizou-se as famílias para a importância destas e o seu papel no crescimento e desenvolvimento da criança. A actividade também foi realizada com base em acções criativas, como, por exemplo, apresentações teatrais das crianças acolhidas. Os intervenientes constituíram, a pesquisadora e os assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner, cuja a duração da actividade foi de 2 (duas) semanas.

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

A presente pesquisa trouxe uma análise sobre o papel e desafios do assistente social na reintegração familiar de crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner, no período de 2021 à 2023. Debruçamos da importância que este profissional tem no processo de reintegração familiar, como ele responde aos desafios que são típicos na intervenção e resolução de uma determinada questão social. O assistente social no acolhimento institucional tem pautado em uma abordagem de intervenção que tem como objectivo a garantia dos direitos das crianças, fortalecimento de vínculos entre a família e a criança, assim como a preparação da família para que a criança esteja em um ambiente saudável e acolhedor.

A família ao longo do tempo sofreu mudanças, e com o sistema capitalista as vulnerabilidades dentro da família tornaram-se maiores, e a capacidade da família por se só responder as mesmas reduziu. Com novos arranjos e situações familiares, além das dificuldades com a criação dos filhos e adaptações necessárias, intrínsecas a toda e qualquer família, surgem também dificuldades no enfrentamento das novas demandas familiares que são reflectidas nas expressões da questão social.

Ao longo da pesquisa, os objectivos e as perguntas de investigação orientadores do estudo foram previamente estabelecidos e concretizados ao longo do trabalho. Tendo sido identificadas as acções implementadas pelo assistente social; caracterizada a actuação do Assistente Social no Centro Juvenil Ingrid Chowner, esta que incluem desde o acolhimento a reintegração familiar da criança acolhida no centro. Foi descrito o processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua implementado no Centro Juvenil Ingrid Chowner.

Foi, igualmente, caracterizado o papel que o assistente social assume no processo de reintegração familiar de Crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner, este papel que esta pautado na garantia do direito da criança, assegurando a convivência desta em um ambiente familiar que lhe proporcione protecção e que haja vínculos saudáveis.

Foram identificados os desafios que o assistente social enfrenta ao longo do processo de reintegração familiar, que incluem, a rejeição por parte da família de origem e identificação de uma substituta e dificuldades em termos de recursos para a realização das visitas domiciliares, o que dificulta a implementação das acções do assistente social.

Ao trabalhar-se com o processo de reintegração familiar de crianças em situações de vulnerabilidade torna-se necessário analisar o contexto em que os indivíduos estão inseridos.

Assim sendo, ao conhecer a realidade familiar do acolhido, possibilita, juntamente com o grupo familiar, uma solução para a demanda apresentada. Neste ponto, é essencial a presença do profissional de Serviço Social com o seu olhar sensível e capaz de identificar os principais pontos a serem trabalhados com a família do acolhido para um breve retorno dele ao convívio familiar.

Sugestões

De modo a fortalecer ainda mais capacidade do Assistente Social em apoiar crianças em situação de rua e famílias, promovendo a reunificação familiar e proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para o crescimento e desenvolvimento das crianças, são colocadas sugestões, que podem ser implementadas pelo Centro Juvenil Ingrid Chowner, assim como outras instituições públicas ou privadas que trabalham com o processo de reintegração de crianças em situação de rua. São estas:

- Desenvolver uma abordagem holística que leve em consideração não apenas as necessidades imediatas das crianças em situação de rua, mas também as causas subjacentes que as levaram a essa situação
- Promover a conscientização pública sobre as questões relacionadas à reintegração familiar de crianças em situação de rua e as causas subjacentes da situação de rua infantil. Podendo incluir campanhas de sensibilização e participação em fóruns comunitários.
- Estabelecer e fortalecer redes de apoio com outras instituições e profissionais que trabalham com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.
- Estabelecer programas de mentoria e apoio entre pares, nos quais crianças que foram reintegradas com sucesso às suas famílias actuem como mentores para outras crianças que estão passando pelo processo de reintegração.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acioli, M. (1995). *Da casa invisível à escola inevitável*. Brasília: UBr.
- Amaral, C.L. et al. (2018). *Crianças em situação de rua: revisão integrativa sobre suas causas e consequências*. Florianópolis: Revista de Direitos Humanos e Saúde
- Andrade, L.P. et al. (2017). *Crianças e adolescentes em situação de rua: um estudo qualitativo sobre violência e vulnerabilidade social*. Florianópolis: Revista Psicologia em Revista
- Boletim da República de Moçambique. (2008). *Lei n° 7/2008, de 9 de Julho*
- Braga, Ana G.M. (2012). *Reintegração social: discursos e práticas na prisão*. São Paulo
- Brasil (2012). *Código de Ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social
- Cardoso, A. V. (2017). *Serviço de acolhimento institucional infanto-juvenil e trabalho do assistente social*. Maranhão: JIPP
- Cardoso, A. V. M.; Teixeira, S. M. (2015). *Política de assistência social: os desafios da reintegração familiar de crianças e adolescentes institucionalizados*. Piauí: UFMA
- Carvalho, M. C. B. (2017). *Desafios sociais na reintegração familiar*. São Paulo: Saraiva.
- Carvalho, R. S.; Sant'Anna, F. A.; Andrade, M. F. (2020). *Reintegração familiar de crianças e adolescentes*. Brasília: MC - SNDCA
- CJIG. (s/d). *Manual de Procedimentos no Sector Social*. Maputo (não publicado).
- Costa, M.A. et al. (2019). *Crianças em situação de rua: revisão integrativa de literatura*. Florianópolis: Revista Ciências & Saúde
- Daher, M. P. (1998). *Família substituta*. Teresina: Jus Navigandi. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1655>
- Delap, Emily; Wedge, Joanna. (2017). *Directrizes para reintegração familiar de crianças e adolescentes*. Brasília: Chasqui Design & Communications
- Delgado, T. (2018). *Desafios e perspectivas da reintegração familiar de crianças em situação de vulnerabilidade*. s/l: Cadernos de Assistência Social
- Dominelli, L. (2009). *Social Work in a Globalizing World*. Polity Press.

- Duarte, L. F. D. (1994). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: Ribeiro, I. (Org.). *Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII
- Fernandes, S.C. (2008). *Crianças de rua: infância, trajectos de vida e práticas sociais*. Universidade de Minho: Instituto de Estudos da Criança, N°10, pp.39-57. Disponível em:http://cedic.iec.uminho.pt/Relatorios_e_Teses/teses/Mestrado_Sara_Fernandes
- Ferreira, A. B.H. (2004). *Dicionário Aurélio Básico de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Freeman, M. (2007). *Human Rights: An Interdisciplinary Approach*. Polity Press.
- Freitas, A. (2017). *Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei*. São Paulo: GGF.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas S.A. 6ª Edição. São Paulo
- Gil, A. C. (1991). *Métodos e técnica de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gomes, C. (2018). *Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: XPTO.
- Gomes, M. V.; Silva, E. G. (2019). *A actuação do assistente social no processo de reintegração familiar de crianças em situação de risco*. Revista Brasileira de Serviço Social
- Gonçalves, J. A. (2018). *Políticas Públicas para a Reintegração Familiar*. Rio de Janeiro: FGV.
- Guerra, Y. (2007). *A instrumentalidade do Serviço Social*. 5ª edição. São Paulo: Cortez
- Hammer, M.; Champy, J. (1994). *Reengineering the corporation*. New York: HarperBusiness.
- Hirata, H.; Mahon, R. (2015). *Gênero, trabalho e economia política: feminismo, marxismo, pluralismo*. São Paulo: Boitempo
- Huto, Koller (1998). *Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua- estudos de psicologia*. Universidade federal do rio grande do sul.
- Iamamoto, M. V. (2017). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 23ª ed. São Paulo: Cortez.

Iamamoto, M. V. (2008). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. São Paulo: Cortez

Iamamoto, M. V. (2007). *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora

Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. de. (2012). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez Editora.

Lacerda, L.E.P. (2014). *Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas*. São Paulo: Serv. Soc. Soc.

Lakatos, E.M.; Marconi, M. A. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Atlas.

Landy, S.; Munro, S. (1998). *Shared parenting: assessing the success of a foster parent program aimed at family reunification*. *Child Abuse & Neglect*, 22, 305-318

Laville, C.; Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artmed

Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Losekann, D. M. (2017). *O acolhimento de crianças e adolescentes em instituições de alta complexidade: vivências do estágio curricular em serviço social*. Santa Maria: UFSM

Lucchini, R. (1993). *Enfant de la Rue: identité, sociabilité, drogue*. Genève: Librairie Droz.

Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Criança e Jovens*. Coimbra, Edições Quarteto

Marconi, M. A.; Lakatos, E.M. (2004). *Fundamentos de metodologia científica*. Editora Atlas S.A. 5ª Edição. São Paulo

Marrengula, M. (2011). *Meninas de rua na cidade de Maputo: uma questão negligenciada*.

Matos, M. A. de (2012). *O Trabalho do Assistente Social em Contextos Diversificados*. São Paulo: UFBA.

May, T. (2004). *Pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed

Melo, B. (2019). *Políticas Públicas para a Reintegração Familiar de Crianças em Situação de Rua*. Florianópolis: Revista de Assistência Social

Mendonça, Alice. (2015). *Familia*. Lisboa: People. Disponível em: <https://people.web.uma.pt/alicemendonca/1aSE2015.pdf>

- Minayo, M. C. de S. (1998). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Netto, J. P. (2014). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora.
- Netto, J. P. (1992). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez
- Netto, J. P.; Carvalho, M. C. B. (2007). *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez
- Núncio, M. J. S. (2010). *Introdução ao Serviço Social: História, Teoria e Métodos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Oliveira, L. (2017). *Reintegração familiar de crianças e adolescentes: lutas e resistências para a efectivação do direito à convivência*. Instituto de psicologia, universidade federal do rio grande do sul. Brasil. CAPES. Brasil.
- Oliveira, L. (2017). *Reintegração familiar de crianças e adolescentes: lutas e resistências para a efectivação do direito à convivência*. Instituto de psicologia, universidade federal do rio grande do sul. Brasil. CAPES. Brasil.
- Oliveira, M. L.C. (2019). Dissertação Mestrado- Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Oliveira, A. R.C.; Borges, B.V.A.; Cunha, C.R.C.; Carvalho, L. F M. (2017). *Ética Profissional e Serviço Social: para além do Código de Ética*. Santo Agostinho: UFM
- Oliveira, V.; Lehfel, N. A. S. (2018). *Reintegração familiar de crianças e adolescentes: lutas e resistências para a efectivação do direito à convivência familiar e comunitária*. Vitória: UFES
- ONU, (1991). *Desenvolvimento humano (situação de grupos vulneráveis)*. S/ed Resolução nº1991/34 de 31 de Janeiro de 1991
- Piana, M.C. (2009). *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP
- Pine, B.; Warsh, R.; Maluccio, A. N. (1993). *Together again: family reunification in foster care*. Washington, DC: Child Welfare League of America.
- Prado, C. D. (2004). *Reintegração familiar: desafios na pratica profissional do Serviço Social na entidade de Abrigo*. Florianópolis: UFSC

- Richardson, R. J. (2009). *Pesquisa Social Método e Técnicas*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Rocha, M., (2009). *Jovens Em Situação De Rua: Uma Realidade Na Ilha Verde*. Universidade do Minho: Instituto de Estudos da Criança. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10994/1/tese.pdf>
- Rossetti, M. C. (coord.). (2009). *A gente volta pra casa? Reflexões sobre a reintegração familiar*. São Paulo: AASPTJ/SP
- Santos, A. C. R. (2011). *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre
- Santos, A. C. R. (2013). O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. *Impactos da Crise do Capital nas Políticas Sociais e no Trabalho do/a assistente social*. Águas de Lindóia: CBAS .
- Santos, T.L. (2019). *Reintegração Familiar: desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG.
- Santos, R. S.; Pelissari, D. M. (2019). *O papel do assistente social na reintegração familiar de crianças em situação de vulnerabilidade*. Florianópolis: R. S. S e Inclusão Social
- Sarmiento, M. J. (2005). *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*. Rio de Janeiro
- Save the Children. (2013). *The Child Rights Programming Toolbox: Understanding and Mainstreaming Child Rights in Development Cooperation*. Save the Children.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª Edição Revista actualizada. São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de Competências Sociais nos Adolescentes*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Silva, N. (2001). *Factores de pobreza e exclusão social*. 1ª Edição. Lisboa: Editora Universo
- Silva, L. F. (2012). *Como ocorre a reintegração familiar*: Ribeirão Preto
- Souza, A. (2017). *Avaliação do funcionamento familiar no contexto da saúde mental*. Rev Psiquiatr Clin.

- Souza, I.; Haradou, G. R. (2022). *O trabalho do/a assistente social no serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (SAICA)*. São Paulo: Propesp
- Specht, H., & Courtney, M. E. (1994). *Unfaithful Angels: How Social Work Has Abandoned its Mission*. Free Press.
- UNICEF Moçambique. (2019). *A situação da Criança em Moçambique*. Disponível em www.unicef.org/mz. Consultado em 19.08.2021.
- UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. S/l: Comité Português para a UNICEF
- UNICEF. (2004). *Convention on the Rights of the Child*. United Nations Children's Fund.
- Valente, J. (2013). *Família Acolhedora: as Relações de Cuidado e de Protecção no Serviço de Acolhimento*. 8. ed. São Paulo: Paulus
- Vasconcelos, E. M. (2014). *Serviço Social em Saúde*. São Paulo: Cortez Editora.
- Vergara, S. C. (2000). *Projectos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas.
- Vottero, I. C. S. (2023). *O assistente social e a dimensão profissional na educação de crianças e jovens: uma reflexão em Portugal*. Lisboa: CSAP

APÊNDICES



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia
Licenciatura em Serviço Social

Termo de Consentimento informado

Eu, _____ aceito participar de livre vontade do estudo intitulado “Reintegração familiar de crianças em situação de rua: papel e desafios dos assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner (2021-2023)”, da autoria de Filomena Mateus Mujovo, Estudante do curso de Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Foram-me explicados todos os objectivos do estudo e compreendo que a minha participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflecta em qualquer prejuízo para mim.

Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área protecção a criança em situação de rua e na melhoria das relações familiares, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício directo ou indirecto pela minha colaboração.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida no estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade não será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada directamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/_____/2024



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Licenciatura em Serviço Social

Tema do projecto: Reintegração familiar de crianças em situação de rua: papel e desafios dos assistentes sociais do Centro Juvenil Ingrid Chowner (2021-2023).

Questionário

1. Que critérios são aplicados para a inserção das crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner e posterior reintegração familiar das mesmas?
2. Quais são as principais responsabilidades e funções dos assistentes sociais no processo de reintegração familiar de crianças em situação de rua?
3. Qual é o papel do Centro Juvenil Ingrid Chowner e do assistente social na reintegração familiar dessas crianças?
4. Quais são os critérios utilizados para avaliar se uma família está pronta para receber de volta a criança em situação de rua?
5. Quais são os principais desafios enfrentados pelos assistentes sociais ao lidar com a reintegração familiar de crianças em situação de rua?
6. Como o assistente social lida com a resistência das famílias em aceitar a reintegração da criança em situação de rua?
7. Como o assistente social lida com a possibilidade de reincidência, ou seja, a criança voltar a ficar em situação de rua após a reintegração familiar?
8. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas crianças durante o processo de reintegração familiar, e como o assistente social as auxilia nesse processo?
9. Quais estratégias o assistente social utiliza em caso de reincidência da criança e/ou resistência da família em aceitar a reintegração da criança?

10. Como é avaliado o ambiente familiar das crianças antes e após o processo de reintegração, e qual é o papel dos assistentes sociais nesse monitoramento?
11. Quais estratégias ou programas que os assistentes sociais do Centro utilizam para fortalecer os laços familiares durante o processo de reintegração das crianças em situação de rua?
12. Quais são os principais resultados positivos que tem observado na reintegração familiar de crianças em situação de rua no Centro Juvenil Ingrid Chowner?
13. Quais mudanças ou melhorias acredita que podem ser feitas no trabalho dos assistentes sociais para aprimorar a reintegração familiar de crianças em situação de rua?

Obrigado pela atenção!